

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2017

-55

e.gov.br/sistemas/mediador/.

PORTE DE VALORES DO ESTADO DO PIAUI - SEVIGEPI, CNPJ n. 07.399.479/0001-20, neste ato representado(a) por seu P

DE VALORES E SERV ORGANICOS DE SEGURANCA DO ESTADO DO PIAUI, CNPJ n. 07.471.774/0001-40, neste ato repres

ALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

ra de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

s) categoria(s) A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) A presente Convenção Coletiva de
VIGILANTE PATRIMONIAL, SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA E OS DEMAIS EMPREGADOS DAS EMPRESAS D
Do Piauí/PI, Alegrete Do Piauí/PI, Alto Longá/PI, Altos/PI, Alvorada Do Gurguéia/PI, Amarante/PI, Angical Do Piauí/PI, An
Avelino Lopes/PI, Baixa Grande Do Ribeiro/PI, Barra D'Alcântara/PI, Barras/PI, Barreiras Do Piauí/PI, Barro Duro/PI, Bata
Hora/PI, Bocaina/PI, Bom Jesus/PI, Bom Princípio Do Piauí/PI, Bonfim Do Piauí/PI, Boqueirão Do Piauí/PI, Brasileira/PI, I
/PI, Cajueiro Da Praia/PI, Caldeirão Grande Do Piauí/PI, Campinas Do Piauí/PI, Campo Alegre Do Fidalgo/PI, Campo Gra
Campos/PI, Capitão Gervásio Oliveira/PI, Caracol/PI, Caraúbas Do Piauí/PI, Caridade Do Piauí/PI, Castelo Do Piauí/PI, C
a Do Piauí/PI, Conceição Do Canindé/PI, Coronel José Dias/PI, Corrente/PI, Cristalândia Do Piauí/PI, Cristino Castro/PI, C
PI, Dom Expedito Lopes/PI, Dom Inocêncio/PI, Domingos Mourão/PI, Elesbão Veloso/PI, Eliseu Martins/PI, Esperantina/F
s/PI, Francisco Macedo/PI, Francisco Santos/PI, Fronteiras/PI, Geminiano/PI, Gilbués/PI, Guadalupe/PI, Guaribas/PI, Hug
cobina Do Piauí/PI, Jaicós/PI, Jardim Do Mulato/PI, Jatobá Do Piauí/PI, Jerumenha/PI, João Costa/PI, Joaquim Pires/PI, J
Lagoa De São Francisco/PI, Lagoa Do Barro Do Piauí/PI, Lagoa Do Piauí/PI, Lagoa Do Sítio/PI, Lagoinha Do Piauí/PI, Lan
Massapê Do Piauí/PI, Matias Olímpio/PI, Miguel Alves/PI, Miguel Leão/PI, Milton Brandão/PI, Monsenhor Gil/PI, Monsenh
urici Dos Portelas/PI, Nazaré Do Piauí/PI, Nazária/PI, Nossa Senhora De Nazaré/PI, Nossa Senhora Dos Remédios/PI, No
Padre Marcos/PI, Paes Landim/PI, Pajeú Do Piauí/PI, Palmeira Do Piauí/PI, Palmeirais/PI, Paquetá/PI, Parnaguá/PI, Parna
u/PI, Pedro li/PI, Pedro Laurentino/PI, Picos/PI, Pimenteiras/PI, Pio Ix/PI, Piracuruca/PI, Piripiri/PI, Porto Alegre Do Piauí/
o/PI, Ribeira Do Piauí/PI, Ribeiro Gonçalves/PI, Rio Grande Do Piauí/PI, Santa Cruz Do Piauí/PI, Santa Cruz Dos Milagres
a/PI, Santo Antônio Dos Milagres/PI, Santo Inácio Do Piauí/PI, São Braz Do Piauí/PI, São Félix Do Piauí/PI, São Francisco
o João Da Canabrava/PI, São João Da Fronteira/PI, São João Da Serra/PI, São João Da Varjota/PI, São João Do Arraial/PI
São Lourenço Do Piauí/PI, São Luis Do Piauí/PI, São Miguel Da Baixa Grande/PI, São Miguel Do Fidalgo/PI, São Miguel D
efredo Pacheco/PI, Simões/PI, Simplício Mendes/PI, Socorro Do Piauí/PI, Sussuapara/PI, Tamboril Do Piauí/PI, Tanque D
Mendes/PI, Vila Nova Do Piauí/PI e Wall Ferraz/PI.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

-

Salários dos vigilantes:

								REFLEXOS DO DESCANSO SEM. 17,34% SC
	INTRAJORNADA DA ESC DIURNA 15H ESC 12 X 36 COMERCIAL 22 HS	INTRAJORNADA DA ESC NOTURNA 15H ESC 12 X 36 COMERCIAL 22 HS	HORAS EXTRAS 58 HS	H. NOT. REDUZIDA	ADIC.NOT. SUMULA 60 TST 15 PLANTÕES (153,9H)	INTRAJORNADA DIURNA	INTRAJORNADA NOTURNO	
5	179,43	0	0	0	0	31,11	0	
0	358,86	0	0	0	0	62,22	0	
5	0	228,37	0	228,37	422,20	0	39,60	
0	0	456,74	0	456,74	844,40	0	79,20	
5	0	228,37	693,82	228,37	422,20	0	39,60	
0	0	456,74	1.387,64	456,74	844,40	0	79,20	
5	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	
5	263,17	0	0	0	0	45,63	0	
0	526,34	0	0	0	0	91,26	0	

ESCALA 12 X 36H -

E / 220 * 1,7 * 15

OTURNO / 220 * 1,7 *

5 = 1,14 * 9 (22ÁS

153,90

5

2 H

ônico, que possuem piso salarial estipulado por empresa, terão seus salários reajustados conforme o percentual previsto na CLA

Reajustes/Correções Salariais

stados em 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) relativamente ao valor nominal da data base do ano anterior, que cor
e janeiro a dezembro/16.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CEIRO SALARIO

alário na ocasião da concessão das férias, tendo por base tão somente o salário base e o adicional de periculosidade, e a última
a reduzida e adicional noturno, apurados nos últimos 12 (doze) meses, conforme previsto em lei.

or por qualquer motivo receberá salário igual ao trabalhador substituído, a partir da data de sua substituição e/ou durante o período

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

DO PIS

corretamente de acordo com a média salarial percebida pelo o empregado e não fizerem os devidos recolhimentos aos órgãos o

ados como participantes do PIS, conforme determina a lei vigente;

trabalho a relação dos empregados que porventura tenham sido desligados no decorrer do ano, para que estes não sejam prejuí

DO

u comprovante de pagamento, discriminados, contendo títulos e importâncias pagas e descontadas, FGTS depositado e a identifi

os empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme lei vigente, ficando acertada multa de 2% do
o força maior.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

centual historicamente acertado nas Convenções anteriores, no importe de 70% (setenta por cento) em relação à hora normal.

ssos de horas na forma de banco de horas, desde que seja realizado mediante Acordo Coletivo de Trabalho.

Adicional Noturno

IO

horas, será remunerada com o adicional de 40% (quarenta por cento) em relação à hora normal.

Adicional de Periculosidade

INSALUBRIDADE

al de periculosidade aos vigilantes que prestam serviços em áreas consideradas perigosas nos termos do art. 193 da CLT, e o a

Outros Adicionais

CO

co prevista no instrumento normativo anterior passará a ser quitado como adicional de periculosidade conforme a atual redação

REFERENCIA

receberá o adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor nominal do salário, conforme previsão legal, sendo que no ca
a assistida pelo sindicato.

Auxílio Alimentação

O

nt-alimentação que passará a ter o valor mensal de R\$ 293,04 (duzentos e noventa e três reais e quatro centavos) que será pag
cala de 12x36.

mpregado ou crédito no cartão magnético e corresponderá à quantidade mensal de 24 tickets, independentemente da quantidade

usula, as faltas não justificadas ocorridas durante o mês;

ado no "caput" desta cláusula;

o de Teresina, que, em virtude de situações excepcionais, a refeição seja entregue pronta aos vigilantes, através de fornecedor
ação; e,

será concedida de forma gratuita aos empregados.

Auxílio Transporte

orte em quantidade suficiente para o deslocamento residência/trabalho/residência, no início e no final da jornada, conforme prev

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

HABILITAÇÃO

viços sem que estejam habilitados através do competente Registro Profissional em sua CTPS, realizado pelo Departamento de

Desligamento/Demissão

as superiores a 06 (seis) meses de contrato, serão realizadas no sindicato profissional da categoria.

o empregado, o somatório das médias de horas-extras, adicional noturno, insalubridade ou periculosidade (conforme o posto de
neração;

ral, mediante a apresentação do Certificado de Reciclagem em dia e o Registro Profissional impresso na CTPS realizado pela F

io onde prestam serviço para o acerto de contas em Teresina, as empresas arcarão com as despesas necessárias para o deslo

mologação da rescisão contratual na data prevista no "Aviso Prévio", a empresa deverá comparecer na mesma data ao Sindicat

om a Legislação Trabalhista vigente e/ou recusa por parte do empregado, o sindicato profissional providenciará um "Termo de E
empregado demitido e a outra ao preposto da empresa.

o os motivos da dispensa quando alegada prática de falta grave, indicando as alíneas do art. 482 da CLT em que se enquadra,

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

PROFISSIONAL

balho e Previdência Social a função de vigilante, ficando proibido o uso da expressão “vigia” ou qualquer outra contrária a Lei n.

empregado a especificação do cargo, em caso de Vigilante Condutor;

onal previsto na Lei n. 7.102/83, serão de exclusividade da empresa contratante.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

LAGEM

reciclagem, conforme prevê a Lei n. 7.102/83, terão suas ausências garantidas do seu posto de serviço, durante o período da r

iverem realizando a reciclagem (obrigatório por lei), desde que este obtenha frequência integral.

o mínimo de 06 (seis) meses após o curso, na empresa, sob pena de ressarcimento do valor do curso devidamente corrigido, c

s, hospedagem e alimentação dos vigilantes que residirem em outros municípios.

Transferência setor/empresa

TRANSPORTE AO EMPREGADO EM DESLOCAMENTO

ados para viabilizar os deslocamentos para o posto de serviço, quando necessário, se não tiverem posto fixo de trabalho ou qua

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

TRABALHO

...s, dois (02) uniformes completos, sendo: 02 calças, 02 camisas, 02 pares de meias, 01 cinto de passeio, 01 par de calçado (a c

...as empresas concederão a todos vigilantes que trabalham portando arma de fogo coletes 100% à prova de balas, em todas as a

...es “kaps” (chapéu de tecido), a fim de evitar problemas de saúde ao vigilante, sendo que as empresas que não atendem os requ

...e usado quando da rescisão ou substituição dos mesmos.

...aterial que lhe é entregue, conforme previsto nesta cláusula, inclusive EPIs, estando a empresa autorizada a fazer descontos em
...breiro.

DE EQUIPAMENTOS

...ões onde os vigilantes prestam serviços, estes só pagarão mediante comprovação de dolo ou culpa do empregado, sendo garan

...ento poderá ser parcelado, sendo que cada parcela não ultrapasse 30% (trinta por cento) da remuneração do vigilante.

Outras normas de pessoal

A

...ndo o vigilante, o fiscal terá, obrigatoriamente, que aguardar, no mínimo, cinco (05) minutos - tempo considerado suficiente para

...o empregado se o mesmo cumpriu com a sua jornada normal de trabalho, salvo quando este não for encontrado no seu posto c

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

BALHO

pagarão seus empregados da seguinte forma, além do piso salarial:

es: 04 (quatro) por posto de serviço - Escala de Trabalho: 12 horas de serviço por 36 horas de folga (12 X 36h);

es: 02 (dois) por posto de serviço - Escala de Trabalho: 12 X 36 horas;

antes: 02 (dois) por posto de serviço - Escala de Trabalho: 12 X 36 horas;

TERRUPTA AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS - Número de Vigilantes: 02 (dois) por posto de serviço - Escala de Trabalho: 12 X 36 horas - (12 X 36h) horas-extras mensais a cada vigilante em serviço integral deste posto, ficando também pelo importe das horas extras englobadas.

E BANCÁRIA - Número de vigilantes: 01 ou mais por posto - Escala de Trabalho: 08:48h (oito ponto quarenta e oito horas) diárias - (12 X 36h) horas-extras mensais obrigam-se ao pagamento de 22 (vinte e duas) horas extras mensais a cada vigilante em serviço integral, correspondentes ao intervalo intrajornada.

es: 01 ou mais por posto - Escala de Trabalho: 08:48h (oito ponto quarenta e oito horas) diárias em cinco dias de trabalho - (12 X 36h) horas-extras mensais a cada vigilante em serviço integral, correspondentes ao intervalo intrajornada.

os cargos administrativos, com a concessão de intervalo intrajornada previsto em lei.

partes, prevalecendo sobre o disposto em lei, jornada de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso semanal remunerado, abrangendo assim o descanso semanal remunerado, a compensação do feriado e as prorrogações de trabalho não previstas na legislação aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o art. 9º da Lei nº. 605, de 5 de janeiro de 1949.

para a categoria é de 220.

es, correspondentes ao descanso intrajornada, os vigilantes que estiverem na escala 12x36h diurno, noturno e noturno com cobertura.

ó serão devidas quando não gozadas pelos trabalhadores, conforme previsto em lei.

ostos Tipos 'A', 'B' e 'C' serão remunerados em dobro os empregados que laborarem em feriados, conforme previsão da Súmula 60 do C. TST, e ainda a jornada noturna reduzida conforme §1º do art. 73 da CLT, conforme registrado na tabela de remuneração, inclusive dos feriados.

e II da Súmula 60 do C. TST, e ainda a jornada noturna reduzida conforme §1º do art. 73 da CLT, conforme registrado na tabela de remuneração, inclusive dos feriados.

Descanso Semanal

horas noturnos, horas noturnas e extras habitualmente prestados a seus empregados, conforme as Súmulas nºs. 60 e 172, e Instruções nºs. 10 e 11.

Faltas

ART. 15 - FÉRIAS AO ESTUDANTE

Art. 15 - O empregado gozará de férias nos dias de provas escolares em entidades oficiais ou reconhecidas, com posterior comprovação, desde que avisado com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

Art. 16 - O empregado gozará de férias anualmente, com duração de 30 (trinta) dias, a critério do empregador, salvo ajuste entre as partes, com anuência do Sindicato Laboral.

Art. 17 - O empregado gozará de férias com 02 (dois) dias antes do início das mesmas, conforme lei.

Art. 18 - O empregado gozará de férias com o pagamento das horas extras, DSR, intrajornada, hora noturna reduzida e adicional noturno, apurados nos últimos 12 (doze) meses, conforme lei.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

E

Art. 19 - O empregador é obrigado a fornecer, gratuitamente, aos seus empregados vigilantes, na forma da lei.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

ART. 20 - FÓRMAS DE ARMAS E MUNIÇÃO

vistos em norma legal.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

PA

depoimento da realização das eleições para representantes dos empregados na CIPA no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término do mandato sindical (ou por quem indicado por ela), de todo processo eleitoral, inclusive registro de chapas, escrutínio, proclamação do vencedor.

de acordo com o previsto para os cipeiros eleitos nos moldes previstos em lei.

Exames Médicos

S MEDICOS E ODONTOLOGICOS

Exames médicos e odontológicos passados pelos profissionais credenciados pelo SUS, empresas médicas e médicos do sindicato profissional, desde que devidamente autorizados.

CO

Exames regulares de saúde em seus empregados, conforme prevê a legislação.

Exames de saúde, que deverá ser contratado pelas empresas, preferencialmente com a operadora de plano de saúde e na modalidade sugerida, desde que os empregados em atividade possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados pela operadora do plano.

As empresas arcarão com o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), independente da modalidade do plano escolhido pelo funcionário, sendo este valor pago diretamente pelo empregador.

Exames de saúde em empregados afastados e os que estão em gozo de qualquer tipo de licença.

do contrato de trabalho, o empregado deverá manifestar o seu interesse em dar continuidade ao plano de saúde, hipótese em que, na inércia do obreiro em pagar o que lhe cabe no plano, passado o prazo de 90 (noventa) dias após a suspensão do contrato de trabalho, os salários posteriores ou em ato rescisório (TRCT).

cobertura junto à operadora de plano de saúde conveniada, caberá ao mesmo o pagamento do que exceder a modalidade de plano de saúde em cadastrar dependente(s).

ão se responsabilizaram pela qualidade do serviço nem pelos termos do contrato de plano de saúde, e tampouco em casos de morte do empregado.

plano de saúde, as empresas terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para contratar outro plano.

em natureza salarial.

abalhador.

IA

mentos farmacêuticos a fim de assegurar aos seus empregados, mediante receituário médico, aquisição de medicamentos no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por ano, em caso de rescisão do contrato de trabalho.

Readaptação do Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

PORTADOR DE SEQUELA DE ACIDENTE DE TRABALHO

ção do empregado que sofreu acidente de trabalho.

Garantias a Portadores de Doença não Profissional

VÍRUS HIV

egado portador do vírus HIV.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

GRUPO

gilantes sem ônus financeiros para os mesmos na forma da Lei nº 7.102/83 seguro de vida em grupo para "morte natural", "acidente de trabalho" e "doença profissional":

remuneração percebida pelo empregado no mês anterior ao óbito;
maior remuneração percebida pelo empregado no mês anterior ao óbito;
" - 26 (vinte e seis) vezes o salário nominal acrescido das médias de horas-extras, adicional noturno, periculosidade e insalubridade.

Enviar cópia das respectivas apólices ao sindicato laboral até 30 (trinta) dias após o arquivamento desta Convenção Coletiva junto ao sindicato.

ACIDENTADO

Por vitimado por acidente do trabalho ou doença profissional, conforme prevê o art. 118 da Lei 8.213/91.

EMISSÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO -CAT

Até à emissão da CAT.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

DEBÊS SINDICAIS

Garantir acesso aos locais de trabalho, dos mesários e fiscais, liberando os empregados por tempo necessário para o exercício do direito de greve.

Quando o empregado for alocado fora da sede da empresa, fica condicionada à autorização do tomador do serviço.

Garantias a Diretores Sindicais

DEBÊS DOS DIRIGENTES SINDICAIS-LICENÇA REMUNERADA

...arão, sem prejuízo do salário observando o limite de 01 (um) dirigente sindical por empresa constante de seu quadro oficial de ... por empresa.

...to livre, ou seja, licença remunerada para o desempenho de seus mandatos (art. 543 da CLT).

Acesso a Informações da Empresa

RAIS

...maio de cada ano, cópia da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

DE REGULARIDADE COM AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

...laboral, no máximo até o dia 30 (trinta) de cada mês, cópia da GPS - Guia da Previdência Social das contribuições recolhidas ao ... anhadadas da relação nominal dos empregados.

Contribuições Sindicais

CONTRIBUIÇÕES PARA O SINDICATO

...ntribuição associativa no percentual de um vírgula cinco por cento (1,5%) e dois por cento (2%) a título de manutenção sindical, ... do mês de abril/2017, como forma de viabilizar a campanha salarial do ano em curso e demais despesas correlatas conforme d ... após efetuado o desconto, juntamente com a relação nominal dos atingidos, mesmo daqueles que tenham se desligado do empre

...a comunicação, pelo sindicato, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias sob pena de responsabilidade, das filiações e dest

...o prazo acima indicado, com a relação nominal dos atingidos, para a Secretaria de Finanças do Sindicato Laboral mediante apre

...do décimo primeiro (11º) dia do prazo estabelecido acima, caracteriza-se apropriação indébita, ficando a empresa passiva ao p ... or do Sindicato Laboral.

...ntribuições responderão pelos respectivos valores acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao

...para os empregados sindicalizados, sendo que somente haverá descontos aos não associados se houver manifestação express ... 45-2007-002-22-00, originário da 2a. Vara do Trabalho de Teresina.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

TRABALHO

...a poderão ser executadas através de ação de cumprimento pela Justiça do Trabalho e sindicato laboral, mesmo em favor dos empregados.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

RENOVAÇÃO E REVISÃO

...serem nos moldes previstos na Lei.

Outras Disposições

ADICIONAIS

...comemorativa ao Dia do Vigilante no Estado do Piauí, não configurando tal data como feriado.

DISCIPLINA

...seus empregados, no exercício de suas funções e em legítima defesa do patrimônio sob sua guarda, quando cometerem atos que violem o fiel cumprimento do dever profissional.

...salários base do maior piso da categoria, por mês, em caso do descumprimento do empregador da presente Convenção, sendo...

